

Cemig aumenta pressão sobre o trabalho do eletricitista

Em vez de investir em equipamentos e medidas de segurança, Cemig promove rodeios de eletricitistas, transformando tarefas cotidianas em espetáculos para empreiteiros, imprensa e convidados. Alguns agentes de segurança, despreparados para a função, aumentam a tensão no ambiente de trabalho.

O trabalho dos agentes de segurança da Cemig, que deveria contribuir para reduzir os riscos de acidente na empresa, está, em algumas localidades, promovendo o pânico entre os eletricitistas. Por causa das exigências absurdas e da pressão de alguns agentes, despreparados para a função, o clima em muitas equipes já é insuportável e a tensão acaba favorecendo acidentes e adoecendo os trabalhadores.

Há denúncia até de uso de binóculo pelos agentes para fiscalizar a execução de tarefas e em algumas cidades eletricitistas recebem advertências por falhas questionáveis na execução de tarefas.

A tensão no cotidiano das equipes é agravada pela falta de equipamentos adequados, como de material para inspeção em poste de madeira. Apesar das equipes estarem cada vez mais reduzidas, tanto na Cemig quanto nas empreiteiras, há forte pressão para que os serviços sejam executados dentro dos prazos estabelecidos.

Temor geral

O coordenador do Sindieleiro na Regional Oeste, Celso Primo, diz que enquanto tem agente de segurança fazendo trabalho sério, alguns fazem questão de deixar o eletricitista fazer procedimento incorreto para aplicar punição por falta grave. “No caso da Cemig, como não há

Fora da arena, acidentes aumentam

Na opinião dos trabalhadores, as inspeções em caráter punitivo só servem para deixar o dia-a-dia mais estressante.

“O inspetor tem metas a cumprir e tem que encontrar falhas para provar aos chefes que está fazendo o seu trabalho. Este fato é irresponsabilidade com o trabalhador e desrespeito com a vida e a saúde de todos, já que ficamos tão preocupados com os detalhes que podemos esquecer de

algo importante, que pode realmente resultar em um acidente”, avalia um eletricitista.

Para o trabalhador, a empresa quer transformar eletricitários em robôs, num ciclo vicioso, já que os acidentes na Cemig continuam. “A prova da ineficácia desta política é que as ações erradas continuam, debaixo do nariz do inspetor e sob severas ameaças”, diz o eletricitista.

O diretor do Sindieleiro, Wander Lúcio da Silva, diz que, na Regional Mantiqueira, as

reclamações de abuso no trabalho dos agentes chegam de várias localidades. “Sabemos que só o trabalho educativo muda comportamentos. No entanto, a empresa insiste em punir em vez de orientar. Para evitar acidentes, é preciso, antes de qualquer coisa, investir na formação dos agentes e dos eletricitistas, que devem ter tempo para ler e entender as normas de segurança do trabalho que realizam”, avalia.

descrição do cargo, a empresa indica os nomes dos agentes de segurança. O ideal é a empresa investir em treinamento para que as inspeções sejam feitas de acordo com as normas de segurança e não com as orientações dadas pela Cemig”.

Segundo o diretor, na Regional Oeste, onde é registrado alto índice de acidentes, há muitas denúncias de agentes, da Cemig mais empenhados em promover o pânico do que evitar acidentes. “O temor de ser punido por qualquer falha, pode até mesmo comprometer a realização do trabalho, aumentando, assim, o risco de acidente”, avalia o coordenador da Regional Oeste, Celso Primo.



Segura peão!

Para tentar amenizar a tensão e a insatisfação dos trabalhadores, há cinco anos a Cemig promove o Rodeio de Eletricitistas, um instrumento de marketing que divulga a empresa e distribui prêmios individuais pela habilidade, perícia, precisão e, principalmente, rapidez dos participantes. Na arena montada na EFAP, em Sete Lagoas, os inscritos se submetem às provas de escalada de postes de madeira, instalação de contrapino, destreza no uso de bastões pega-tudo e uso de motosserra. Na arquibancada empreiteiros, imprensa e parceiros se divertem com as provas.

A aposta da Cemig na “festa” é tão alta que, no ano passado, Belo Horizonte sediou o 1º Rodeio Nacional de Eletricitistas, no Parque de Exposições da Gameleira. A empresa diz que a finalidade do rodeio é valorizar as habilidades dos eletricitistas na execução de tarefas complexas e incentivar a segurança do trabalho. No entanto, para a direção do sindicato, esta é uma forma de folclorizar o trabalho de alto risco em condições precárias.

Como os eletricitistas participam de gincanas em atividades relacionadas às rotinas do trabalho, o diretor de Saúde e Segurança do Sindieleiro, Jairo Nogueira, diz que o trabalhador acha que participa apenas de uma brincadeira. Contudo, essa pode ser uma estratégia da empresa para monitorar o tempo gasto com tarefas, definindo as metas de produtividade da Cemig.

Ele diz que as reclamações dos eletricitistas sobre os abusos nas inspeções são constantes, assim como os questionamentos sobre os gastos da empresa com rodeios, enquanto faltam equipamentos de segurança individual (EPIs).

Trabalhadores da Cemig, cedidos para Gasmig, exigem igualdade de tratamento

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Os trabalhadores da Cemig que foram cedidos à Gasmig reclamam da forma como estão sendo tratados na empresa. Entre as reivindicações, eles exigem uma solução rápida da Cemig para o problema de enquadramento, uma definição sobre o futuro e um plano de cargos que atenda às necessidades dos trabalhadores.

Reunidos, os trabalhadores deliberaram uma pauta de reivindicações a ser atendida imediatamente pela Cemig. Eles desejam ser reconhecidos como funcionários da Cemig “cedidos” a Gasmig. A indefi-

nição está fazendo com que os trabalhadores se posicionem: “Não queremos ser empregados Gasmig”. Além disso, os trabalhadores cobram a apresentação de um PCR para funcionários que estão na empresa. Eles também exigem a apresentação de prazos, e o cumprimento dos mesmos, para as reivindicações citadas.

Outro ponto de exigência dos eletricitários “cedidos” é de que seja mantida a igualdade de condições de trabalho com os demais funcionários da Cemig na adequação ao serviço e na segurança. No que diz respeito

à PR, Concurso Interno e mobilidade do pessoal, os trabalhadores reivindicam possuir os mesmos direitos.

Os trabalhadores denunciaram um jogo de empurra entre o RH Cemig e o RH Gasmig que não tomam as providências necessárias quanto a existência de inúmeras irregularidades dentro da empresa. O desvio de função, operadores com vários anos de empresa no mesmo nível dos novos empregados, empregados que exercem a mesma tarefa/função na área de manutenção mecânica da Gasmig, mas que apresentam níveis salariais diferentes, tendo o mesmo grau de responsabilidade, são alguns desses exemplos.

“Eu tenho percebido que aos empregados são imputadas determinadas responsabilidades às quais os mesmos não são remunerados (cargo/função) para exercê-las”, afirma Guilherme



Mobilização pede respeito aos empregados da Cemig que hoje estão trabalhando na Gasmig

Aguiar Silveira, diretor do Sindieletro, atualmente na Gasmig. Guilherme completa lembrando sobre os acordos que a empresa firmou com os trabalhadores e até o momento se negou a cumprir. “A empresa diz que temos os mesmos direitos dos demais empregados da Ce-

mig, mas o que tem acontecido na prática é o contrário, como o exemplo de um empregado que teve negado o seu pedido de auxílio educação por estar cedido para a Gasmig, ou quando conseguimos uma vaga em algum setor da Cemig e nos é negado nosso direito de retorno, contrariando o que está previsto no ACT”, completa.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, salienta que as reclamações dos trabalhadores da Gasmig comprovam a forma como a Cemig trata os trabalhadores. “A Cemig trata o trabalhador com descaso, obrigando o funcionário a ocupar uma função muitas vezes insegura e inadequada”, afirma.

Wilian Vagner lembra ainda que, além de descumprir o ACT 2006/2007, as reuniões que tivemos com os diretores da Gasmig, anterior e atual, não têm tido nenhum valor. A presidência da Gasmig não cumpriu o que havia prometido. “Em reunião no mês de fevereiro, o presidente da Gasmig, José Carlos de Mattos, assumiu o compromisso com o sindicato”, ressalta. Wilian finaliza lembrando que esse descaso contribuiu para a desvalorização do trabalhador da Cemig. “A maioria dos funcionários da Gasmig são cedidos pela Cemig”, conclui.

FALA TRABALHADOR

Qual a sua avaliação sobre o 1º Fórum de Comunicação realizado pelo Sindieletro?

Fotos: Benedito Maia



Eu achei que o Fórum foi de muita importância, tanto para o Sindicato como para a categoria.

Os mecanismos de comunicação do Sindieletro têm uma importância enorme para os trabalhadores. A Cemig disponibiliza muitas formas de comunicação e é importante o sindicato contrapor, mostrar o outro lado da moeda. Os trabalhos em grupo possibilitaram vários registros, de pessoas com pensamentos diferentes, isto ajuda a melhorar a comunicação feita pelo Sindieletro. Foi importante também descobriremos como é a rotina da imprensa. Este tipo de atividade deve existir sempre, foi muito bem feito.

Marcelo de Aguiar Silva,
Operador de computador –
TI/SI – Sede



O Fórum de comunicação foi muito positivo na minha avaliação. Acho muito

importante ter um monte de gente discutindo e tentando descobrir quais os problemas existentes na comunicação do nosso sindicato. Apesar de a maior parte dos presentes ter sido de diretores, poucas pessoas da base participando, achei interessante a forma como foi apresentada a atividade. Um dos pontos mais relevantes do encontro foi entender como é a rotina da imprensa do Sindieletro. Também foi muito importante para os participantes saber avaliar e comparar os veículos de comunicação.

Marco Aurélio Cristo,
Eletricista de linhas e redes
– DC/SE – Itambé

Aimorés e Funil Proposta ruim leva trabalhadores a decidirem pelo dissídio coletivo

Após mais de um mês de negociações, com o Consórcio Cemig e Vale do Rio Doce dificultando o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, num claro desrespeito à categoria, os eletricitários das usinas de Aimorés e de Funil rejeitaram as respectivas propostas salariais da empresa. Em assembléias realizadas há cerca de uma semana, eles avaliaram que as propostas são muito ruins e decidiram entrar com dissídio coletivo, na Justiça do Trabalho.

No caso de Aimorés, os representantes do consórcio

pediram a prorrogação da data-base para o dia 2 de julho. Agora, o Sindieletro aguarda a comunicação oficial da prorrogação para suspender o dissídio e voltar a negociar. Em relação a Funil, o dissídio continua na Justiça do Trabalho.

Para o coordenador da Regional Oeste, Celso Primo, a postura do consórcio de não mais negociar com os trabalhadores de Funil é desnecessária. “Há itens da nossa pauta que só pedimos estudos e até nesse caso a empresa se recusa a negociar”, criticou.

Cemig é condenada a indenizar trabalhadora por assédio moral

Vítima da pressão no processo de centralização promovido pela empresa em 2001, Magda de Faria Almeida sofreu uma série de constrangimentos, mas não se deixou abater e foi à Justiça lutar por seus direitos

Após trabalhar por quase 20 anos no setor de Projetos e Obras da Cemig de Patos de Minas, a ex-eletricitária Magda de Faria Almeida, perdeu todo o orgulho de um dia compor o quadro de pessoal da empresa. De março a agosto de 2003, ela foi vítima de uma série de humilhações e perseguições da então supervisão do setor e da Gerência de Planejamento e Expansão Triângulo da época. Deprimida, em tratamento psiquiátrico e ainda afastada pelo INSS, Magda se viu forçada a aderir ao PDI lançado em fevereiro de 2004, “para não morrer de pânico ou de ataque cardíaco”.

Contudo, a história da trabalhadora na Cemig não terminou com o seu desligamento. Ela processou a empresa e obteve, no final do ano passado, o reconhecimento do Tribunal Regional do Trabalho de que a

Cemig não só cometeu como foi responsável pelo assédio moral. A empresa foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 7 mil, não cabendo mais recurso.

Magda conta que tudo começou em 2001, com o início da política de centralização de processos, transferindo os trabalhadores e trabalhadoras de Patos de Minas para Uberlândia. Foram dois anos de “pressão, sofrimento e angústias”, até que em uma reunião com a chefia, em março de 2003, ela cobrou uma posição sobre o seu destino e dos companheiros. A partir desse questionamento, a trabalhadora



Foto: Arquivo particular

Após 20 anos de Cemig, Magda passou a ser perseguida por supervisor

passou a sofrer pressão psicológica para pedir demissão.

Ela foi isolada em uma sala, sem mesa, cadeira, computador, telefone e qualquer serviço. Algum colega que lhe solicitasse ajuda nas atividades profissionais era advertido. “Entre em depressão, minha vida acabou, até hoje sinto pânico só em pensar em procurar um emprego. Perdi todo o orgulho de trabalhar na empresa”, desabafa.

“Nem sete mil, nem milhões de reais dariam para pagar o meu sofrimento, mas considero que obtive uma grande vitória pelo reconhecimento da Justiça de que sofri o assédio moral”, avalia. Segundo ela, ficaram uma lição para a empresa e uma esperança para os eletricitários também vítimas do assédio. “Agora, a Cemig deverá ficar atenta aos chefes que perseguem, sob risco de ser responsabilizada judicialmente.”

Sindieletro acompanhou o caso e cobrou solução

Desde o início da centralização de processos na Cemig, o Sindieletro tentou barrar essa medida tão prejudicial para os trabalhadores. Para discutir o assunto, foram realizadas várias reuniões em todo o Estado.

No caso de Magda, a Regional Triângulo fez um acompanhamento efetivo, inclusive, com a abertura da CAT, que a Cemig se negou a liberar, relembra o diretor Salim Gomes Araújo. Várias

viagens foram feitas até Patos de Minas, para acompanhá-la ao INSS e resolver a questão.

“Para a Regional foi uma vitória muito importante, tendo em vista que existem, hoje, vários outros casos de assédio moral praticados por chefias da empresa, mas que não são expostos porque os trabalhadores e trabalhadoras não têm segurança para denunciar”, destacou.

ANAPAR: todos juntos somos fortes!

Plínio Arantes

Não há outro caminho. A única alternativa para aqueles que têm interesses comuns e pretendem defendê-los é a soma das individualidades, a união de esforços na busca dos seus objetivos. Isolado, o indivíduo é fraco e pouco ou nada pode na luta do dia-a-dia pela conquista de espaço e de direitos. Até maio de 2001, os participantes dos Fundos de Pensão, como a Forluz, buscavam apoio nas entidades sindicais e associações de aposentados para a proteção dos seus direitos e encaminhamento de suas reivindicações.

Aquelas entidades/associações, embora tivessem objetivos específicos, sempre fizeram o possível para colaborar. Mas, todos sentiam a necessidade de uma associação forte e coesa, com o propósito definido de representar os associados a entidades de previdência complementar, sem deixar de lado a parceria com sindicatos e associações que representam os trabalhadores ativos e aposentados.

Essa associação nasceu em 26 de maio de 2001, durante o 2º Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, realizado em Belo Horizonte. Hoje, seis anos depois, a ANAPAR – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão cumpre importante papel de representação e defesa dos interesses dos participantes, perante os poderes públicos, as patrocinadoras e as entidades de previdência, tanto no campo político-administrativo quanto no Judiciário.

Além de nos representar no Conselho de Gestão da Pre-

vidência Complementar – CGPC, órgão responsável por regulamentar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar, a ANAPAR atua encaminhando e acompanhando demandas dos participantes junto à SPC, órgão de fiscalização dos Fundos de Pensão, e organiza cursos e seminários visando o aperfeiçoamento técnico dos seus associados. Ainda este ano, será lançado plano de benefício instituído, que permitirá aos nossos filhos e netos participarem da previdência privada complementar com grande vantagem sobre os planos geridos por instituições bancárias.

Durante o 8º Congresso Nacional dos participantes dos Fundos de Pensão, organizado pela ANAPAR e realizado na cidade de São Paulo nos dias 23 e 24 de março deste ano, a ex-diretora de Relações com Participantes da Forluz, Cláudia Muinhos Ricaldoni, hoje eventual substituta deste diretor como suplente da DRP, foi eleita secretária-geral da ANAPAR.

É de grande importância que nós, participantes ativos e assistidos da Forluz e das demais entidades de previdência privada existentes em Minas, nos filieemos à ANAPAR, fortalecendo a luta coletiva pela garantia e ampliação dos nossos direitos. A contribuição do associado é anual e de pequeno valor: R\$22,00. Como está dito no título deste artigo, todos juntos somos fortes, e, por isto mesmo, a ANAPAR terá mais força para combater por nossos interesses quanto maior for o número de associados.

Associe-se, preenchendo e assinando a ficha de filiação anexa.

Reforma Política continua sem consenso no Congresso Nacional

Os deputados tentarão votar esta semana a Reforma Política, mesmo com o Congresso Nacional dividido sobre vários aspectos da Reforma. Na semana passada seis partidos (PT, PMDB, DEM, PCdoB, PSB e PPS) apresentaram à Mesa da Câmara uma nova proposta para a reforma política.

Ao invés da lista fechada e bloqueada, foi sugerida a lista flexível, em que o eleitor pode alterar a ordem dos nomes apresentados pelo partido e ainda votar em um candidato de sua preferência. O financiamento público exclusivo para as campanhas é mantido.

Metade das vagas obtidas por cada partido, no sistema proposto, seria distribuída segundo uma ordem predeterminada pelo próprio partido. A outra metade será preenchida de acordo com os votos obtidos individualmente. A proposta também mantém o artigo que privilegia os atuais detentores de mandato, que terão assegurados



Eleitores buscam informações em posto de serviço do Tribunal Regional Eleitoral

os primeiros lugares da lista. Na prática, isso significa que boa parcela dos atuais deputados terá a reeleição assegurada.

Segundo os líderes dos partidos, não há divergências em relação ao financiamento público, mas as bancadas não conse-

guem alcançar o consenso em torno da lista fechada, tratada pelo relator Ronaldo Caiado como eixo fundamental para toda a reforma. “Caiado está intransigente quanto à lista fechada, então vamos ao voto”, declarou o líder da minoria, deputado

Júlio Redecker (PSDB-RS).

Já o líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), criticou a indefinição dos grandes partidos em torno dos temas da reforma política. Para ele, a votação será um exemplo do dissenso existente entre os deputados, pois na reunião cada legenda teria defendido um modelo. “O PT quer a lista fechada com o financiamento público; o PMDB não tem posição; o DEM quer a lista flexível; e o relator é contra este sistema”, listou. O Psol defende financiamento público de campanha, com lista fechada “para fortalecer os partidos” e fidelidade partidária.

Sociedade Organizada

Partindo da premissa de que “a reforma política não pode ser feita apenas pelos políticos”, foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Política com Participação Popular. O Movimento tem como principal característica sua

natureza supra-partidária e que se propõe a integrar as mais diversas instâncias na Sociedade Civil pela efetivação de uma Reforma Política que seja fortemente influenciada e definida por meio de ampla e organizada participação popular.

Para o Movimento, se a Reforma Política ficar à cargo apenas dos deputados irá se restringir a mero processo de legislação em causa própria, não atendendo aos anseios pelo aperfeiçoamento das instituições políticas.

Saiba o que muda

1) Substituição do voto no candidato pelo voto na lista partidária, cuja ordem dos candidatos será definida em convenção sem possibilidade de alteração pelo eleitor. Mudança mais radical de toda a reforma, porque o mandato passa a ser do partido e não mais do parlamentar;

2) Adoção do financiamento de campanha exclusivamente público; uma medida que visa a dar maior igualdade à disputa eleitoral e evitar abuso de poder econômico;

3) Proibição de shows musicais ou espetáculos nos comícios; medida pedagógica, porque os votos devem ser conquistados a partir das propostas, ideias e programas dos partidos e não por intermédio de entretenimento e festas para os eleitores;

4) Assegura aos atuais deputados, com prioridade para os eleitos pelo partido pelo qual concorre à reeleição, a ocupação dos primeiros lugares na lista, na ordem decrescente de votos.

